

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

PHILIPPE CESAR DE MORAES LEITE

**Intervenção das Nações Unidas, sob comando brasileiro, como Missão de Paz no Haiti: Ato
ainda necessário para reestruturação da segurança e do desenvolvimento do país?**

RECIFE

2015

PHILIPPE CESAR DE MORAES LEITE

Intervenção das Nações Unidas, sob comando brasileiro, como Missão de Paz no Haiti: Ato ainda necessário para reestruturação da segurança e do desenvolvimento do país?

Monografia apresentada à Faculdade Damas da Instrução Cristã - FADIC, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

ORIENTADOR: Prof. MSc. Thales Castro

RECIFE

2015

LEITE, P. C. M.

Intervenção das Nações Unidas, sob Comando brasileiro, como Missão de Paz no Haiti: ato ainda necessário para reestruturação da segurança e do desenvolvimento do país? Philippe Cesar de Moraes Leite. Recife: o Autor, 2015.

42 folhas.

Orientador: Profº Thales Castro

Monografia (graduação) – Bacharelado em Relações Internacionais - Faculdade Damas da Instrução Cristã. Trabalho de conclusão de curso, 2015.

Inclui bibliografia.

1.Relações Internacionais 2. Intervenção Humanitária 3. Tropas 4. Haiti 5. MINUSTAH.

**327 CDU (2ªed.)
327 CDD (22ª ed.)**

**Faculdade Damas
TCC 2015 – 343**

PHILIPPE CESAR DE MORAES LEITE

**Intervenção das Nações Unidas, sob comando brasileiro, como Missão de Paz no Haiti: Ato
ainda necessário para reestruturação da segurança e do desenvolvimento do país?**

Monografia apresentada à Faculdade Damas da
Instrução Cristã - FADIC, como requisito para
obtenção do título de Bacharel em Relações
Internacionais.

Aprovado em: ____/____/____

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Orientador : Thales Cavalcanti Castro
FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ - FADIC

Prof. Pedro Gustavo Cavalcanti Soares
FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ - FADIC

Prof. Bianor Teodósio
FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ

Sumário

INTRODUÇÃO.....	08
1. A herança realista e as operações de paz: pressupostos e contradições.....	11
2. MINUSTAH - Os desafios da presença brasileira em território haitiano.....	21
3. A Responsabilidade de Proteger e o Futuro das Operações de Paz da ONU.....	34
CONCLUSÃO.....	39
Referências Bibliográficas.....	41

Intervenção das Nações Unidas, sob comando brasileiro, como Missão de Paz no Haiti: Ato ainda necessário para reestruturação da segurança e do desenvolvimento do país?

Philippe Cesar de Moraes Leite

RESUMO

Este trabalho tem a finalidade de identificar, considerando a história do Haiti, os anos de ditadura, as transições de poder que assim afetaram uma organização estável no Haiti, além dos desastres ecológicos que tanto influenciam dando a sua trajetória histórica para inserção das tropas militares brasileiras. Visa explicar e discutir amplamente as resoluções do Conselho de Segurança que autorizaram à MINUSTAH¹, os esforços diante do que se contrapõem à Intervenção Humanitária mais ativa e como estes lidam na questão dos conflitos, analisando através delas, os avanços obtidos para assim entender a necessidade de manter as tropas no país. Por fim, o contexto histórico do país será apresentado, definindo etapas importantes do seu crescimento (político, econômico e cultural), mostrando os motivos da necessidade de intervenções externas e, conseqüentemente, os efeitos que perduram até os dias atuais.

PALAVRAS CHAVES: Intervenção Humanitária; Tropas; Haiti; MINUSTAH.

¹ Sigla derivada do francês: *Mission des Nations Unies pour la Sbilisation en Haiti*.

ABSTRACT

This work has the objective of identifying, considering the history of Haiti, the years of dictatorship, the power transactions that affected a healthy organization on Haiti, in addition to the ecological disasters that influence giving to it's historical background for insertion of Brazilian troops. It aims to explain and discuss broadly the resolutions of the National Security Council that authorize the MINUSTAH, the efforts against what oppose the more active Humanitarian Intervention and how it intends to deal with the conflicts situation, analysing through it, the advances obtained in order to understand the necessity to maintain the troops on the country. Finally, the historical context of the country will be presented, defining important stages of it's growth (political, economical and cultural), showing the what motivated the external intervention and, consequently, the effects that remains until today.

KEY WORDS: Humanitarian Intervention; Troops; Haiti; MINUSTAH.

Agradecimentos

Aos meus pais por todo o investimento que fizeram para minha formação, pelo suporte, amor, apoio e carinho durante todos os momentos da minha vida desde quando nasci.

A minha irmã, que mesmo passando tão pouco tempo em casa por conta de sua profissão é uma fiel conselheira e também uma grande amiga.

A minha namorada, que foi de fundamental importância para que eu terminasse este trabalho, incentivando sua conclusão para que pudéssemos passar mais tempo juntos.

A todos os amigos que em momentos bons ou ruins sempre estiveram ao meu lado para me alegrar ou confortar e sei que posso contar com suas amizades até o final de nossas vidas.

A Faculdade Damas da Instrução Cristã, por viabilizar novas possibilidades ao curso de Relações Internacionais em Recife e a todos os professores por transmitirem seus conhecimentos, pela abertura e disponibilidade em ajudar os alunos. Em especial, agradeço ao professor Thales Castro, um grande amigo e ótimo profissional, por todo o suporte durante o curso.

INTRODUÇÃO

Ao pesquisar sobre “intervenção”, eis que surge a definição como ação ou o ato de intervir. A mesma pode tratar-se do fato de dirigir os assuntos que correspondem a outra pessoa ou entidade. Neste estudo de caso, estamos tratando de uma intervenção militar, que diz respeito a dirigir, de forma temporária, os assuntos internos de uma outra nação.

No âmbito das intervenções militares, estas significam o primeiro passo em direção à paz, por representarem tentativas de resolver ou, pelo menos, amenizar as consequências humanitárias dos conflitos que ocorreram dentro dos Estados.

Com base no caso do Haiti, percebe-se que os assuntos são ainda mais complexos, por se tratar de um conjunto de falhas que vem dos governos mal estruturados e mal intencionados com a população até culminar na fatalidade de um desastre natural.

Apesar de compartilharem o mesmo continente e de estarem próximos geograficamente, Brasil e Haiti tiveram, historicamente, um relacionamento pouco estreito. A partir de 2004, a Missão das Nações Unidas para estabilização do Haiti, MINUSTAH, atua na reconstrução do país, sendo esta a primeira vez que o Brasil comandou uma operação da Organização das Nações Unidas - ONU.

Esta missão tem como objetivo restabelecer a segurança e a estabilidade, promover o processo político, fortalecer as instituições governamentais, assim como promover e fomentar os direitos humanos. Segundo diplomatas brasileiros, esta missão ocorreu devido à percepção de que era preciso evitar uma “onda de violência”, mas que, ao mesmo tempo, havia o reconhecimento de que a força multinacional (MIF) seria apenas uma solução temporária, sendo necessária uma missão de paz com objetivos relacionados ao retorno da democracia e da estabilidade ao país.²

Assim, o ato de intervir não pode ser colocado como tão somente uma ingerência de outro Estado, mas sim, como proteção à população civil, que é a mais afetada diante de todas as etapas de um Estado que fracassa.

² Viegas, Marcelo. A atuação recente do Conselho de Segurança e o Brasil. In: Brasil. Ministério de Relações Exteriores. O Brasil e a ONU. Brasília. FUNAG, 2008.

Além dessas razões, o Brasil buscou alcançar uma maior força na região e se estabelecer definitivamente como potência e reduzir o fluxo migratório do Haiti para seu território.

Pela esperança que levam às pessoas, e estas na expectativa de receberem a devida proteção contra um governo intolerante, massacrante, além de poder esperar o mínimo de retorno dos seus direitos fundamentais, é inconcebível a idéia de que uma ajuda possa se tornar um empecilho em um momento extremamente crítico. Sendo assim, até que ponto essa intervenção é bem vinda pelos haitianos? Qual o próximo passo de ambas as partes em um cenário caótico? Qual o papel e atitude que o País interventor e a ONU devem tomar?

Dessa forma, este estudo se baseará em uma pesquisa qualitativa, pois a restringe a um caso específico que é o da MINUSTAH no Haiti, mas buscando exemplos de outras missões em outros países para que assim haja embasamento ao caso. Essa escolha é suficiente para dar clareza ao trabalho, visando desenvolver medidas confiáveis que permitam uma análise estatística que forneça dados suficientes para compreender o objeto da pesquisa.

Além do supracitado, a teoria realista, que de forma mais ampla, explica que as relações internacionais são compreendidas tomando-se por base a distribuição de poder entre os Estados, mostrará que mesmo a ação da MINUSTAH seja de pleno apoio à reestruturação do país, não há como negar que, apesar da igualdade legal e formal, a distribuição de poder desigual indica que a arena das relações internacionais pressupõe uma “política do poder” com o Conselho de Segurança da ONU, que delibera as ações proferidas em casos como este.

Diante de todas as providências e ações que foram tomadas na missão de paz do Brasil no Haiti, país cuja situação era tida pela ONU como ameaça à paz internacional e segurança, a região ainda foi sucumbida a uma política repressora iniciada. Além dos desastres naturais, como o terremoto de 2010, que inevitavelmente, deixou o país fragilizado, há fatores que desestabilizam a ordem social e política, como a fome, a insegurança e a falta de esperança. O fato da força brasileira ser vital para solução das controvérsias em todos os aspectos é que torna uma “situação militar” necessária, mesmo esta não sendo suficiente para solucionar todas as adversidades.

A visão que prevaleceu foi a de que o comando da Minustah poderia ajudar a conquistar o respeito que habilitaria o país a reivindicar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Este conselho tem como função a definição e execução de operações de paz em países que estão em processo de conflito militar, estabelecimento de sanções internacionais à países que

adotam medidas que ameaçam a paz e a segurança no mundo ou em determinadas regiões e autorização de ações militares que visem o estabelecimento da paz. Conseguir este assento permanente proporcionaria uma valiosa experiência às Forças Armadas do país, inquietas com a falta de investimento do governo na área militar.

Recentemente, surgiram questionamentos sobre a permanência do contingente brasileiro no Haiti. Diante do fato de que os objetivos iniciais de participar da missão de paz, no sentido de criar segurança, já estão totalmente assegurados, a posição brasileira que parece ser unânime é a de que a participação brasileira na MINUSTAH deve acabar do ponto de vista militar e se reforçar por outros canais de cooperação humanitária civil.

A questão é: quais foram os resultados significativos durante a ocupação da MINUSTAH no território haitiano? Ainda há necessidade de manter a missão ou, se houve falhas, o que falta para um órgão específico analisar os casos que ainda permeiam?

CAPITULO 1 - A HERANÇA REALISTA E AS OPERAÇÕES DE PAZ: PRESSUPOSTOS E CONTRADIÇÕES

Se analisarmos um simples jogo de xadrez, identificamos que os jogadores, de acordo com sua estratégia pré-estabelecida e dentro das possibilidades de movimentação de cada peça, possuem a tarefa de “sobreviver” durante a partida. Desta forma, se faz necessário traçar um planejamento estratégico para que futuros movimentos e possíveis ataques não torne o jogador vulnerável ao oponente.

Ao compararmos o xadrez com o cenário internacional, todos os movimentos que delineiam as relações dos atores que o compõe têm o poder como regra dominante e baseiam toda sua estratégia na consolidação do Estado e de seus interesses frente ao “adversário”. Este fato pode ser explicado em detalhes pela teoria realista, visão dominante entre analistas e tomadores de decisão, uma vez que, ao contrário da organização de um simples tabuleiro, a distribuição de poder é balanceada pela sobrevivência em um sistema que tem como elemento propulsor a anarquia.

Definir o realismo, antes de mais nada, é entender os princípios básicos que sustentam seu argumento. Compreendida como a mais antiga teoria das Relações Internacionais, o realismo fornece a explicação mais forte para o Estado de Guerra, por ela considerado comportamento padrão no sistema internacional. Desta forma, os estudos sobre o realismo são encontrados desde Grécia Antiga com Tucídides, passando por Maquiavel e Hobbes, até chegar Hans Morgenthau, que estrutura o realismo como escola de pensamento.

Na busca por autonomia e legitimidade, os estudiosos das relações internacionais procuraram raízes e estabeleceram linhagens intelectuais para confirmar que o estudo do internacional não é recente, muito menos passageiro.³ Vale ressaltar que tais pesquisas foram realizadas por pensadores com leitura eminentemente realista⁴, como afirma João Pontes Nogueira:

Essa leitura acabou adaptando conceitos e contextos próprios a pensadores como Tucídides, Maquiavel e Hobbes e as suas épocas, às premissas e princípios do realismo do século XX. Assim, conceitos como a sobrevivência, o poder, a auto-ajuda e o estado de natureza têm um destaque particular na leitura que os realistas fazem desses pensadores clássicos⁵.

³ Nogueira, João Pontes, Teoria das relações internacionais: correntes e debates, Rio de Janeiro: Elsevier, 2005 pg 21

⁴ Idem

⁵ Idem

A partir desta lógica realista, Tucídides, estudioso das estratégias militares, aborda sobre um dos pontos fundamentais para compreensão do realismo, a guerra, e isto seria ilustrado através de suas considerações sobre a guerra do Peloponeso, sendo esta o resultado do medo de não sobreviver, proveniente do estado de anarquia internacional. Assim, “em um mundo onde os poderosos fazem o que têm o poder de fazer e os fracos aceitam o que têm que aceitar, o medo de não sobreviver, o medo de deixar de existir, leva os Estados a iniciarem e se engajarem em guerras⁶”.

André Régis confirma ao enfatizar que:

A principal causa do conflito foi o medo que Esparta teve em relação ao aumento constante do poderio de Atenas, fato que provocou alterações na balança de poder entre as cidades gregas, levando Esparta a perder suas preeminências no mundo helênico⁷.

Thales Castro enuncia que no apogeu militarista do Império Romano, o discurso proferido denota como a escola realista está atrelada à lógica humana de ganhos calculados e de dominação⁸, ou seja, a percepção acerca da natureza humana cruamente exposta e fortemente influenciada pelas razões instintivas de obtenção, de manutenção e de maximização de poder⁹.

A vida social com suas características de dotações gregárias leva, muitas vezes, ao ímpeto do uso indiscriminado das forças disponíveis para o autoarbítrio de imposição em sentido amplo. É a luta do poder e pelo poder no meio social que vai se formando, gerando a perspectiva de desigualdade na esfera externa. A autotutela é outra marca associada ao realismo, isto é, a constatação de que o detentor de poder e de domínio sobre os demais seres tende a possuir uma percepção de que pode ser autor e julgador dos seus autos autolegitimados¹⁰.

Atrelado às considerações acima, a idéia destacada pelos realistas neste primeiro momento é a de anarquia internacional, onde há falta de uma autoridade legítima e soberana que garanta o direito à sobrevivência em um nível internacional de todos os atores, além do medo de não sobreviver, pois a leitura da obra destaca o pouco apreço pelos valores morais e pela justiça nas relações entre os Estados¹¹.

Já o florentino, Nicolau Maquiavel, trouxe uma contribuição importante para o realismo quando coloca o Estado como ator nesse cenário anárquico, e que as relações Estado - Estado

6 Nogueira, João Pontes, Teoria das relações internacionais: correntes e debates, Rio de Janeiro: Elsevier, 2005 pg 22

7 Régis, André. Intervenções Nem Sempre Humanitárias. Pag.104

8 Castro, Thales. Teoria das Relações Internacionais. Pag. 310

9 Idem

10 Idem

11 Nogueira, João Pontes, Teoria das relações internacionais: correntes e debates, Rio de Janeiro: Elsevier, 2005 pg 22

eram desprovidas de conceitos morais e éticos, visto que o objetivo é agir de acordo com seu interesse na busca pelo poder. Em sua obra, o Príncipe, Maquiavel elabora um “manual” de comportamento para o soberano se manter no poder (lógica da sobrevivência) e como deve agir frente a outro Príncipe.

Maquiavel deixou como herança a ênfase na sobrevivência do Estado como ator. O príncipe sem um Estado perde toda sua relevância. Para sobreviver, o poder se faz necessário, e o uso da balança de poder, assim como de alianças é crucial para lidar com o desafio da segurança. [...] A moralidade que orienta as ações do indivíduo não se aplica nem deveria orientar as ações do príncipe¹².

O pensamento de Maquiavel, se voltou com a prudência do uso do poder na realização de objetivos do Estado, onde o governante deveria ser julgado pelas consequências políticas dos seus atos, separando assim a moral do governante da moral do homem comum¹³. O governante deveria prestar atenção sobre a questão do poder na ordem interestatal, preocupando-se com a balança de poder, formação de alianças e causas dos conflitos entre cidades-estado, ou seja, nada poderia ser mais importante do que a sobrevivência do Estado¹⁴.

O discurso realista de Thomas Hobbes agrega conceitos importantes como a natureza humana e o estado de natureza. De maneira negativa, o contratualista considerava a natureza humana de forma essencialmente egoísta, calcada, novamente, na manutenção de sua sobrevivência. O estado de natureza consistiria no ambiente anárquico em que esses homens estariam inseridos, e onde cada um representaria um inimigo potencial do outro. Esses conceitos, então, são transferidos para o contexto Estatal, onde o Estado, possuidor de natureza humana, se comportaria como o homem em um estado de natureza, este representado no cenário internacional.

O autor é classificado como contratualista, visto que a sua explicação para o surgimento dos Estados está na elaboração de um contrato. Para superar a insegurança do estado de natureza, os homens estabelecem um contrato com o Leviatã (o Estado), no qual cedem sua liberdade e se subordinam a esse poder em troca de segurança (manutenção de sua sobrevivência). A compreensão desses conceitos é essencial à análise do comportamento estatal contribuindo assim na política externa dos Estados e conferindo uma certa previsibilidade do comportamento de outros diante de diferentes situações.

12 Nogueira, João Pontes, Teoria das relações internacionais: correntes e debates, Rio de Janeiro: Elsevier, 2005 pg 22

13 Régis, André. Intervenções Nem Sempre Humanitárias. Pag.106

14 Idem

[...] os realistas destacaram o conceito de estado de natureza que comparam com o estado de anarquia no sistema internacional.[...] a falta de um soberano que tenha monopólio do uso legítimo da força nas relações internacionais é comparável ao estado de natureza de Hobbes. A impossibilidade de estabelecer um Leviatã no plano internacional - pela própria admissão de Hobbes - torna a anarquia internacional uma característica definitiva das relações internacionais¹⁵.

O que se pode averiguar nessas influências citadas é a percepção negativa do ser humano, destacando fatores como determinantes da sua natureza: o medo e o prestígio . O medo de ser aniquilado devido à ação dos outros e o prestígio que o poder confere são centrais para explicar o seu comportamento¹⁶. Com isso, as tradições herdadas por Tucídides, Maquiavel e Hobbes desencadearam premissas que são comuns aos realistas, como a centralidade do Estado, a função do poder e a constante anarquia internacional e que, após essa primeira fase, será dada uma ênfase maior ao que acontece no sistema internacional, além da distribuição do poder entre os diferentes atores internacionais, muito mais do que os determinantes domésticos, pois o que vem a ser mais primordial que o poder do Estado é o equilíbrio que deste emana. Como afirma André Régis:

[...]Quando um Estado percebe que a balança está começando a pender contra si, ele utiliza todos os meios para recompor a situação anterior. Dessa forma, podemos substituir Esparta e Atenas, da época da Guerra do Peloponeso, por outros exemplos históricos, como França e Inglaterra nos séculos XVII e XVIII, a França napoleônica e o restante da Europa no início do século dezanove, Alemanha e Inglaterra depois da guerra franco-prussiana de 1869-70, ou ainda Estados Unidos e URSS durante a Guerra Fria¹⁷.

Diante do exposto, vale ressaltar que o termo “realismo” em si, é algo recente e tem seu início no período entre guerras, 1919-1939, com a publicação de textos de escritores idealistas, termo designado pelos realistas, onde a abordagem sobre o término da Primeira Guerra focava muito mais em entender a causa da guerra do que encontrar um “remédio” sobre sua existência,¹⁸além de ignorar o papel do poder. Erroneamente acreditavam que os Estados-nação compartilhavam um conjunto de interesses comuns , e foram excessivamente otimistas de que a humanidade pudesse superar o flagelo da guerra.¹⁹

¹⁵ Nogueira, João Pontes, Teoria das relações internacionais: correntes e debates, Rio de Janeiro: Elsevier, 2005 pg 23

¹⁶ Idem

¹⁷ Régis, André. Intervenções Nem Sempre Humanitárias. Pag.106

¹⁸ Baylis, John, *The globalization of world politics: an introduction to international*, Oxford University press, 2008, pag. 92

¹⁹ Idem

Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), havia o sentimento que o mundo estaria livre das guerras frente ao sofrimento generalizado, sendo este um momento enfatizado por erros, confusões e enganos, e haveria uma organização mundial (Liga das Nações) que seria responsável pela mediação, clarificação e de resolução de conflitos²⁰. A fragilidade desta tese foi questionada, pois os realistas não acreditavam que a Liga das Nações seria capaz de garantir a segurança mundial²¹.

O paradigma realista, nas Relações Internacionais, significa a ênfase no Estado, na política de poder e na força como elementos principais, e na anarquia – no sentido da ausência de um poder soberano ou de um governo acima dos Estados nacionais – como o elemento definidor do sistema internacional, independentemente de este ser caracterizado por uma distribuição extremamente desigual de poder entre os Estados. Para esta corrente teórica, a natureza anárquica do sistema internacional o diferencia fundamentalmente do sistema doméstico submetido a um governo nacional²².

A discussão do realismo, além da corrente idealista, é centrada em torno do impacto das questões relacionadas à busca do poder, às preferências nacionais e às organizações internacionais sobre o comportamento dos Estados²³. As idéias divergem quanto a importância que os realistas enfatizam em relação ao conceito de balança de poder, como sendo a posição de equilíbrio entre as grandes potências no cenário mundial, onde os poderes tendem à equivalência²⁴.

John Baylis descreve em seu livro sobre histórias de Relações Internacionais e dentre elas, enfatizou um grande debate ao final de 1930 e início dos anos 1940 entre idealistas do período entre guerras e uma nova geração de escritores realistas.²⁵ Estes enfatizaram a “onipresença” do poder e a natureza competitiva da política entre as nações, resultando em uma vitória do realismo frente ao restante da história das relações internacionais, e em muitos aspectos a coloca como uma nota de rodapé frente ao vencedor.

Desta nova escola de escritores realistas, Hans Morgenthau destaca-se como teórico que organizou e deu consistência ao realismo como abordagem teórica das relações internacionais.²⁶

20 Régis, André. *Intervenções Nem Sempre Humanitárias*. Pag.105

21 Idem

22 Idem

23 Idem

24 Idem

25 Baylis, John, *The globalization of world politics: an introduction to international*, Oxford University press, 2008, pag. 92

26 Nogueira, João Pontes, *Teoria das relações internacionais: correntes e debates*, Rio de Janeiro: Elsevier, 2005 pg 33

Como bem coloca Martin Griffiths, “Morgenthau é mais lembrado como um dos que tentaram desenvolver uma teoria compreensível da “política do poder” sobre a base filosófica dos princípios realistas da natureza humana, a essência da política, o equilíbrio do poder e o papel da ética na política exterior.²⁷”

Para se posicionar sobre a política internacional, Morgenthau tem como base a idéia de que dentro das fronteiras territoriais do Estado, a luta pelo poder é atenuada por lealdades pluralistas, arranjos constitucionais e “regras de jogo” ligadas à cultura, sendo estes dois últimos tidos como disfarces que direcionam a luta pelo poder às concepções concorrentes de bem estar.²⁸

Sendo assim, o legítimo poder coercitivo do Estado, somado a uma rede de normas sociais e ligações comunitárias, evidencia a política doméstica como uma arena de progresso em potencial.²⁹ A divergência a este ponto é que, além de permitir que a “vontade de poder” reine livremente, acentua-se ainda mais pela multiplicidade de Estados cujas soberanias individuais eleva cada um deles como pináculo secular de autoridade política e moral.³⁰ Consequentemente:

a continuidade na política exterior não é uma questão de escolha e sim uma necessidade, pois ela deriva de fatores que nenhum governo é capaz de controlar, mas que só pode negligenciar ao risco do fracasso [...] A questão de guerra e paz é decidida em consideração a esses fatores permanentes, não importa qual seja a forma de governo [...] ou suas políticas domésticas. As nações são “amantes da paz” sob certas condições e guerreiras sob outras.³¹

Em seu livro *Política entre as nações*, Morgenthau o tem como tentativa sistemática de emprego de princípios “realistas” para a construção de uma teoria empírica de política internacional, onde esta só se torna possível tanto pelo papel do poder em delimitar o escopo e a natureza do campo de estudo quanto pelos padrões repetitivos de atividade entre os Estados, produzidos pela luta pelo poder ao longo da história.³² Argumenta também que há três padrões de atividade da qual, ao menos uma, as políticas externas se amoldam, que são a manutenção do equilíbrio de poder, imperialismo e a “política de prestígio”, este que seria impressionar os outros Estados pela extensão do próprio poder.³³

27 Griffiths, Martin. 50 Grandes Estrategistas das Relações Internacionais. Pag. 61

28 Idem

29 Idem

30 Idem

31 Idem

32 Idem

33 Idem

A manutenção do *status quo* não significa impedir mudanças, a intenção é a manutenção do equilíbrio de poder existente e a tolerância de mudanças que não o perturbem.³⁴ A expansão seria tanto local quanto regional ou até mesmo global, podendo resultar de uma vitória militar como também da fraqueza dos demais Estados. “A expansão pode ser militar (que Morgenthau considera a mais eficaz), econômica ou cultural (que ele não descarta de antemão).³⁵” Por fim, a política de prestígio, impressiona os demais com seu próprio poder e suas capacidades por meio de dois mecanismos, que seriam a diplomacia e o uso da força, atingindo seu ápice a partir do momento em que a ameaça é o bastante para atingir os objetivos, não havendo necessidade do uso da força³⁶.

Adriano Moreira, em Teoria das Relações Internacionais, indica que a teoria realista é qualificada como anglo-saxônica e hoje é representada pelo americanismo³⁷, onde, após a guerra, Morgenthau e outros críticos acusaram a política americana de falta de realismo por ter assumido uma pregação legal-moralista no mundo, com tendência de ignorar a balança de poderes³⁸. Esta consideração inspirou princípios e que hoje dão conteúdo ao americanismo, que se expandiram, condicionaram o poderio americano e ainda os tornam presentes no incerto conflito ideológico mundial³⁹. John Baylis reafirma:

Realism taught American leaders to focus on interests rather than ideology, to seek peace through strength, and to recognize that great powers can coexist even if they have antithetical values and beliefs. The fact that realism offers something of a “manual” for maximizing the interests of the state in a hostile environment explains in part why it remains the dominant tradition in the study of world politics.

Isto posto, podemos chegar à conclusão de que, para os realistas, o sistema internacional é essencialmente anárquico, pois não há a existência de um “governo mundial” e que, de uma forma mais ampla, as relações internacionais tomam por base a distribuição do poder dos Estados. Não há um consenso sobre a forma pela qual este é distribuído e quando há o pensamento de mudança no cenário internacional, os realistas pensam no equilíbrio do poder

34 Nogueira, João Pontes, Teoria das relações internacionais: correntes e debates, Rio de Janeiro: Elsevier, 2005 pg 35

35 Idem

36 Idem

37 Moreira, Adriano. Teoria das Relações Internacionais. Pag. 136

38 Idem

39 Idem

entre os Estados, e a tendência é desprezar a possibilidade de uma mudança fundamental na dinâmica do próprio sistema⁴⁰.

As relações internacionais devem ser vistas como uma importante área da vida política, onde considerações normativas, morais e idealistas não podem ser usadas como guia de ação para os gestores públicos. Num mundo de competição entre os Estados soberanos, onde a moeda corrente é o poder, o dever de cada Estado é tomar qualquer ação necessária para proteger suas identidades físicas, políticas, econômicas e culturais.⁴¹

Compreender o realismo é ter subsídio para entender que, após as duas grandes guerras que mobilizaram todo o cenário internacional, os Estados sentiram a necessidade de criar um instrumento internacional capaz de reunir todos os atores internacionais em um ambiente de discussão que objetivava a manutenção da paz. O ano de 1945 deu ensejo para a criação da Organização das Nações Unidas, onde 50 países assinaram a Carta de São Francisco, documento constitucional do órgão e a partir deste documento ou “guia”, estão dispostos os princípios que deveriam nortear as relações internacionais, tornando-se a primeira tentativa bem sucedida de uma institucionalização do cenário internacional, criando uma comunidade internacional.

É sob esta ótica que abordaremos as questões pertinentes às operações de paz das Nações Unidas. Operações estas que constituem veículo de auxílio da comunidade internacional a governos em dificuldades, principalmente quando os mesmos não conseguem cumprir sua função basilar – proteger sua população. As intervenções ocorrem em situações de natureza complexa que, se não contidas, podem se tornar verdadeiras ameaças à paz e à segurança internacional. A ONU, então, desempenha um papel primeiro de terceira parte neutra na mediação dos conflitos.

Neste contexto, os problemas internacionais que deveriam ser tratados internacionalmente, não o são pelo fato de que os Estados não se relacionam harmonicamente e não há cooperação entre eles.⁴² Diante do pensamento de que a lógica perversa não prevaleça, mecanismos de cooperação são necessários para alcançar resultados satisfatórios para todos tornando as intervenções humanitárias como uma medida de segurança internacional que contribua para a estabilização do país em crise.

Podemos destacar brevemente cinco tipos de operações de paz desenvolvidas pela ONU: a diplomacia preventiva, o *Peacemaking*, o *Peacekeeping*, o *Peace Enforcement* e o *Peacebuilding*⁴³. Entretanto, é de extrema importância conhecer que, muitas vezes, a intervenção

40 Griffiths, Martin. 50 Grandes Estrategistas das Relações Internacionais. Pag. 11

41 Régis, André. Intervenções Nem Sempre Humanitárias. Pag.106

42 Idem

43 <http://www.un.org/en/peacekeeping/operations/peace.shtml> Acessado em 03.11.2014

de paz em certo local exige simultâneas operações de tipos diferentes, configurando uma intervenção mista desenvolvida caso a caso em observância à complexidade da tensão.

A Diplomacia Preventiva, como o nome já diz, constitui iniciativas diplomáticas para evitar que determinada tensão ou disputa interna de um estado ou entre estados se transforme em conflito armado. Entre estas iniciativas estão inclusos aconselhamento e estudos acerca das razões das tensões. Em um segundo momento da tensão, encontra-se o *Peacemaking* (“Fazendo a Paz”), este é utilizado quando ocorre a eclosão do conflito, tomando medidas com respeito ao conflito corrente envolvendo ações diplomáticas a fim de que pólos hostis negociem um acordo, age como mediador.

As operações de *Peacekeeping* (“Manutenção da Paz”) necessitam que as partes envolvidas dêem seu consentimento para que a ONU intervenha e ajude a manter a paz já alcançada. O uso da força é autorizado apenas para defender a operação, civis e enviados. O *Peace Enforcement* (“Imposição da Paz”) consiste na imposição da paz pela força. Está baseado no capítulo VII da Carta de São Francisco que versa sobre as ações relativas a ameaças à paz, ruptura da paz e atos de agressão. É importante ressaltar que esse tipo de intervenção ocorre a revelia do consentimento das partes.

Por fim, o *Peacebuilding* (“Consolidação da Paz”), objetiva a redução do risco de incidir e reincidir no conflito, de forma que busca fortalecer as capacidades do Estado para criar as bases de uma paz que se sustente através do desenvolvimento. As medidas de *Peacebuilding* trabalham em cima de problemas essenciais que afetam a sociedade e o Estado, para assim aprimorar a capacidade estatal de conduzir suas funções de forma eficaz e legítima. É, pois, uma proposta de operação longa e complexa de forma a estabelecer uma paz mais duradoura.

A ressalva às intervenções armadas, mesmo que a título de operação de paz, que ainda gera certo receio da comunidade internacional é quanto à ONU possuir ou não legitimidade para ignorar a soberania estatal. Entendemos por soberania a forma de organização política em que apenas um ente controla o exercício do poder e faz a representação do Estado perante os demais. Logo, questiona-se de onde uma organização internacional retiraria legitimidade para superar as barreiras da soberania que define, em sua essência, o cenário internacional.

A justificativa da comunidade internacional para as operações de paz das Nações Unidas que se utilizam da força, entretanto, é de sua utilização apenas frente à soberania Estatal de estados falidos. Estes constituem estados que perderam a sua soberania na ordem interna de

forma que vivem em um verdadeiro estado de natureza hobbesiano, assim, como esses estados não possuem soberania interna, ou seja, o povo não reconhece aquela entidade como Estado, este não estará resguardado pelo princípio da não intervenção que rege as relações internacionais.

Desta forma, as Nações Unidas teriam, portanto, a responsabilidade internacional de proteger os indivíduos deste estado falido, uma vez que os indivíduos constituem a célula nuclear de um estado que não cumpriu sua responsabilidade primeira de garantir proteção a seus cidadãos. Assim, a comunidade internacional toma para si subsidiariamente essa responsabilidade e a questão que permanece é quanto a magnitude do direito de ingerência estatal, até onde seriam os limites de quando um estado é considerado falido ou não.

Com isto, no que se refere a responsabilidade subsidiária e a atuação da ONU, o foco será quanto ao papel do Brasil em contribuir para a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), partindo do entendimento da história do Haiti, as crises que resultaram a necessidade de uma intervenção e todos os pormenores que envolvem o triângulo Brasil, Haiti e a MINUSTAH.

CAPITULO 2 - MINUSTAH: OS DESAFIOS DA PRESENÇA BRASILEIRA EM TERRITÓRIO HAITIANO.

Das assimetrias que existem no cenário internacional, o contorno das potências emergentes, a exemplo do Brasil, se dá por meio do multilateralismo e da boa governança, buscando a reforma das estruturas globais de poder, desejando que estas espelhem sua maior projeção internacional.⁴⁴ No entanto, a proeminência da ferramenta militar para estes países é rara e isso traz o dilema de como transformar seu crescente poderio em influência estratégica.

Tipicamente, no atual sistema internacional, a rota mais rápida para se chegar a um maior perfil estratégico é desenvolver a expressão militar do poder e demonstrar a inclinação de colocá-la à disposição dos esforços da comunidade internacional para resolver conflitos, mitigar catástrofes humanitárias e salvaguardar os direitos humanos. Isto levanta a questão de como uma potência emergente, com um potencial militar limitado e fortemente arraigada na não intervenção e na resolução pacífica de contenciosos, deve procurar a maximização da sua inserção internacional.⁴⁵

O estudo das operações de paz se faz de extrema importância por estas representarem tentativas de resolver, ou mesmo de amenizar, as consequências humanitárias dos conflitos internacionais e intraestatais,⁴⁶ ou seja, significam o primeiro passo em direção à intervenção, principalmente porque através de sua trajetória de existência, sua autoridade para o uso da força foi sofrendo sensível ampliação.

A participação nas operações de paz, principalmente as de cunho “*peacebuilding*” ou operações de consolidação de paz é um empreendimento localizado na interseção entre segurança e desenvolvimento⁴⁷, ou seja, um país que tenha obtido sucessos domésticos, “como redução da pobreza, inovação em alguns setores, infraestrutura duradoura em regiões subdesenvolvidas - aqui se juntam ao profissionalismo e à eficácia de suas forças Armadas”⁴⁸, compõe um paradigma inovador de *peacebuilding* que encara diretamente os problemas atualmente enfrentados pelas operações de paz mais complexas das Nações Unidas.⁴⁹

Sendo assim, as operações de paz ocupam na “atuação brasileira no cenário internacional um papel de fundamental importância: servem de ponte entre as tradições históricas do país, o estonteante progresso na sua consolidação socioeconômica interna e os significativos avanços nas

44 Kai Michael Kenkel, Rodrigo Fracalossi de Moraes - **abordagens analíticas às operações de paz. O Brasil e as Operações de Paz em um Mundo Globalizado / Brasília, 2012**

45 Idem

46 Rodrigues, Simone Martins. Segurança Internacional e direitos humanos: a prática da intervenção humanitária no pós-Guerra Fria. Rio de Janeiro, Renovar, 2000. pág. 47

47 Kai Michael Kenkel, Rodrigo Fracalossi de Moraes - **abordagens analíticas às operações de paz. O Brasil e as Operações de Paz em um Mundo Globalizado / Brasília, 2012**,

48 Idem

49 Idem

normas de intervenção e de direitos humanos em nível internacional”⁵⁰, proporcionando ao Brasil uma vitrine para a comunidade internacional.

As relações Brasil - Haiti, apesar de compartilharem o mesmo hemisfério, foram historicamente bastante pequenas e somente em 2004 esta situação foi modificada quando o Brasil aceitou contribuir para a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) e colocar este tema como de extrema importância na política externa. A atuação brasileira na MINUSTAH constitui em “uma das mais relevantes contribuições do Brasil às operações de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) e o maior deslocamento militar do país para o exterior desde a Segunda Guerra Mundial.”⁵¹

Em um primeiro momento, para compreender este tema da política externa brasileira, faz-se necessário entender as motivações que resultaram a crise no Haiti e seus respectivos pormenores. O território haitiano, em 2004, sofreu um agravamento da sua crise política, que se manifestava desde a eleição presidencial de 2000, quando Jean-Bertrand Aristide foi eleito em um processo eleitoral marcado por baixa participação e boicote da oposição⁵².

Desta forma, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), além da preocupação com a crise, destacou o receio por possíveis desestabilizações na região pelas divergências políticas, aumento da violência e quebra da lei e da ordem. Com isso, “o Conselho alegou que iria considerar o seu possível envolvimento na crise, inclusive por meio de uma força internacional.”⁵³ E não foi diferente, a crise levou Aristide à renúncia e sua retirada do país e o presidente da Suprema Corte, Boniface Alexandre, assumiu a presidência e requisitou a presença da comunidade internacional para intervir e auxiliar na estabilização do Haiti.

O Conselho de Segurança, diante do pedido, responde por meio da Resolução nº 1.529:

*[...] Calls upon the international community, in particular the United Nations, the Organization of American States, and the Caribbean Community, to work with the people of Haiti in a long-term effort to promote the rebuilding of democratic institutions and to assist in the development of a strategy to promote social and economic development and to combat poverty [...].*⁵⁴

Esta Resolução estabeleceu uma Força Multinacional Interina (MIF), composta de tropas americanas, francesas, canadenses e chilenas, com um mandato de três meses, no máximo. Há

⁵⁰ Kai Michael Kenkel, Rodrigo Fracalossi de Moraes - **abordagens analíticas às operações de paz. O Brasil e as Operações de Paz em um Mundo Globalizado / Brasília, 2012**

⁵¹Idem

⁵²Idem

⁵³Idem

⁵⁴ http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1529%282004%29 acesso dia 03/12/2014

que considerar que o uso da força, disposta do capítulo VII da Carta da ONU, teve como função facilitar o fornecimento de ajuda humanitária e auxiliar na manutenção dos direitos humanos e da segurança pública.⁵⁵ No entanto, ao encerrar seu mandato, em junho de 2004, a MIF é substituída pela MINUSTAH, pela Resolução nº 1.542, de cunho extremamente complexo, pelo fato de que não era um conflito comum que causara a crise no país, e sim, “havia um Estado em processo de desintegração, onde não houve um cessar-fogo e as gangues que estavam contribuindo para a desestabilização do país não haviam concordado em se desarmar quando a missão foi criada”⁵⁶.

É no momento da complexidade das funções designadas à MINUSTAH que há sinalização de mudança na participação do Brasil em operações de paz, que até então só realizava operações cujos mandatos se baseavam em situações em que havia o consentimento entre as partes e nas quais se aplicava o mínimo uso da força pela tropa.⁵⁷

[...] as funções da missão dividir-se-iam em três esferas: i) criação de um ambiente seguro e estável; ii) garantia do respeito aos direitos humanos; iii) apoio ao processo político no Haiti. A missão deve ser entendida como uma operação de imposição de paz, envolvendo tanto missões ofensivas como ações tradicionais de manutenção de paz e de estabilização, além de distribuição de assistência humanitária.⁵⁸

A crise política que se alastrou no Haiti fez com que o governo brasileiro se manifestasse através de um comunicado, no qual afirmou ter conhecimento sobre a partida do Presidente Aristide, indicando também a disposição do Brasil em contribuir para os esforços de estabilização e reconstrução da democracia do estremeado país⁵⁹. Para reafirmar sua intenção, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva encaminhou ao Congresso um pedido de autorização para o envio de um contingente brasileiro à MINUSTAH, sendo aprovado ao final do processo, o envio do primeiro contingente⁶⁰.

Destaca-se que, mesmo com o apoio do Brasil à Resolução nº 1529, o país não enviou tropas à MIF, pois diplomatas brasileiros acreditavam que este apoio decorreu de uma percepção de que era preciso evitar uma “onda de violência” e que a força MIF seria uma solução

55 Kai Michael Kenkel, Rodrigo Fracalossi de Moraes - **abordagens analíticas às operações de paz. O Brasil e as Operações de Paz em um Mundo Globalizado / Brasília, 2012**

56 Idem

57 Idem

58 Idem

59 Idem

60 Idem

temporária, sendo necessária uma “missão de paz com objetivos relacionados ao retorno da democracia e da estabilidade ao país⁶¹.”

A justificativa plausível para o Brasil participar da missão, segundo o Ministério das Relações Exteriores, seria o cumprimento das obrigações como membro da ONU, que implicaria uma responsabilidade em participar, além de uma demonstração de solidariedade para com uma nação das Américas. Danilo Marcondes de Souza Neto destaca que,

[...] a reivindicação do Haiti como um problema latino-americano, o que levaria à necessidade de um envolvimento dos países da região, principalmente o Brasil. Reivindicação esta aliada também à evocação de uma matriz cultural africana comum que justificaria uma postura de não indiferença, ou seja, uma reinterpretação da não intervenção, baseada em princípios éticos e de solidariedade, mas que não negaria a soberania da população local.⁶²

Conforme afirmação introdutória, apesar de estar autorizada a utilizar o capítulo VII da Carta da ONU, a MINUSTAH foi descrita pela diplomacia brasileira como atendo-se às regras do capítulo VI que se baseavam em situações em que havia o consentimento entre as partes e nas quais se aplicava o mínimo uso da força pela tropa. No entanto, sua mudança ocorreu após pressão da comunidade internacional para que a missão passasse a realizar operações mais robustas, como exemplo, nas ações contra gangues armadas, reafirmando que a principal missão da MINUSTAH é a imposição da paz, com a realização, ao mesmo tempo, de missões subsidiárias de manutenção de paz, de forma que se buscam os dois objetivos (imposição e manutenção da paz) simultaneamente.⁶³

Houve demora da maior parte dos contingentes dos países envolvidos em perceber que a missão era efetivamente uma missão de imposição de paz, e não simplesmente [de] manutenção da paz. Tal demora resultou em uma postura das tropas por vezes classificada como tímida, por relutarem em usar a força além da autodefesa, em interpretação excessivamente conservadora das regras de engajamento.⁶⁴

Há uma particularidade que vale ser destacada na MINUSTAH que é o fato de não se tratar de uma missão de paz clássica, mas de uma missão complexa em um ambiente de violência urbana generalizada, que requer uma tropa muito bem treinada, devido ao envolvimento de civis

61 Citação da citação - (Viegas, 2008, p.24) - texto - abordagens analíticas às operações de paz. pag. 247

62 Kai Michael Kenkel, Rodrigo Fracalossi de Moraes - **abordagens analíticas às operações de paz. O Brasil e as Operações de Paz em um Mundo Globalizado / Brasília, 2012**

63 Idem

64 Idem

e ao cenário urbano, principalmente na capital, onde a maioria dos contingentes está desdobrada.⁶⁵

Os primeiros contingentes brasileiros precisaram readaptar a sua forma de atuação. O primeiro deles tinha sido preparado para enfrentar uma missão de manutenção de paz baseada no capítulo VI; no entanto, ao chegar ao terreno, modificou-se esta avaliação, de forma que o segundo contingente já sabia que enfrentaria um ambiente hostil. Foi apenas com o terceiro contingente, entretanto, que os militares receberam treinamento para atuar em uma missão de capítulo VII.⁶⁶

O envolvimento brasileiro em operações de paz tornou-se uma forma de demonstrar a capacidade e o interesse do país em cumprir com obrigações e responsabilidades enquanto membro da ONU. Ressalta-se que este envolvimento nestas operações segue tradicionalmente uma lógica de participação em áreas de interesse para o país, buscando-se, ao mesmo, tempo, evitar o envolvimento em contextos em que poderia ocorrer uma competição com os Estados Unidos.⁶⁷ Com isso, é importante destacar que a liderança exercida na MINUSTAH atende ao interesse dos Estados Unidos, país este que tenta evitar o fluxo de refugiados haitianos para o seu território, além da transformação do Haiti em uma base para a entrada de narcóticos no solo americano, caso haja uma convulsão social no país haitiano.

A percepção que se tem do envolvimento brasileiro no Haiti é o desenvolvimento de um papel de liderança, garantido pela participação ativa na resolução de problemas e tensões que afetam o sistema internacional, consolidando assim, sua imagem de liderança regional e a MINUSTAH como sendo um medidor da capacidade para assumir responsabilidades internacionais do nível de um membro permanente do Conselho de Segurança. Desta forma, o Brasil assume um risco, pois passa a depender do êxito de sua participação na missão como forma de legitimar seu pleito por um assento permanente.⁶⁸

Somado a este fator, há como identificar uma mudança de paradigma na política externa brasileira, demonstrando uma reavaliação dos princípios constitucionais de não intervenção e respeito à soberania. Esta mudança faz com que as operações de paz sejam repensadas, onde “o Brasil tencionava com sua presença militar no Haiti dar uma nova dimensão às operações de paz,

65 Kai Michael Kenkel, Rodrigo Fracalossi de Moraes - **abordagens analíticas às operações de paz. O Brasil e as Operações de Paz em um Mundo Globalizado / Brasília, 2012**

66 Idem

67 Idem

68 Idem

criar um novo paradigma de operações de paz, mais voltado para o desenvolvimento e a recomposição do tecido social do país.”⁶⁹

Ou seja, houve o entendimento de que a importância do desenvolvimento estava atrelada com a questão da segurança, onde “o Brasil entendeu que a situação não se resumia a um problema de restauração da segurança pública. Na origem da crise de segurança existia um problema mais sério de pobreza, injustiça social e debilitação das estruturas”. (Amorim, 2006, p.169)

A diplomacia brasileira defende uma visão de compromisso de longo prazo com o Haiti, a fim de tratar das causas raízes dos problemas enfrentados com base no tripé segurança, reconciliação política e desenvolvimento. [...] A visão brasileira também implica o reconhecimento de que o novo paradigma para as operações de paz se reflete no envolvimento bilateral com o Haiti, caracterizado por esforços de cooperação técnica em diversas áreas.

Cabe destacar que, paralelo a este debate sobre o envolvimento brasileiro no Haiti, houve também espaço para diversas críticas afirmando que o respeito à soberania e à autodeterminação do povo haitiano deveria ser considerada, comparando a MINUSTAH com um movimento de “ocupação”. Houve também o pedido por parte de Movimentos Sociais pedindo que houvesse uma substituição do envolvimento militar por um programa de desenvolvimento econômico e social, já que denúncias sobre abuso por parte dos soldados da ONU foram relatadas por líderes de movimentos sociais haitianos.

A crítica mais relevante se deu quanto ao Brasil enfrentar uma série de problemas sociais e de segurança semelhantes à realidade haitiana. No entanto, como afirma Danilo Neto:

A experiência brasileira no Haiti mostra que essa condição do Brasil não se constitui em contradição, mas sim permite que o país articule uma solução própria à crise haitiana, proporcionando uma cooperação equilibrada e com base em soluções conjuntas aos problemas que afetam ambos os países. [...] Os problemas internos do Brasil não poderiam ser colocados como empecilho para o envolvimento brasileiro⁷⁰.

As funções designadas às tropas brasileiras eram bastante desafiadoras, onde a responsabilidade de um contingente, a princípio de 1.200 militares, incluía toda a cidade de Porto Príncipe e algumas áreas do interior atuando nas operações de patrulhas a pé e motorizadas, operações de cerco e vasculhamento, marítimas, aéreas de cunho de reconhecimento, entre outras funções. No entanto, um dos papéis de maior relevância se deu no patrulhamento a pé, que

⁶⁹ Kai Michael Kenkel, *Rodrigo Fracalossi de Moraes - abordagens analíticas às operações de paz. O Brasil e as Operações de Paz em um Mundo Globalizado / Brasília, 2012*

⁷⁰ Idem

proporcionava um maior contato com a população local, além de possibilitar um melhor acesso a áreas restritas a veículos militares.⁷¹ O contato com a população local era um dos principais aspectos enfatizados no treinamento dos militares brasileiros antes do seu envio.⁷²

Durante este período inicial de atuação, a organização não governamental *Refugees International*⁷³ destacou que as tropas brasileiras eram vistas com mais confiança pela população local do que a Polícia Nacional do Haiti (PNH). Alguns cidadãos relataram as qualidades da abordagem dos soldados brasileiros, que não incluíam a intimidação, afirmando a importância da presença da atuação da tropa brasileira em conjunto com a PNH como forma de coibir os abusos desta última.⁷⁴

Diante desta abordagem, militares brasileiros se sentiram mais à vontade e partiram para o fornecimento de ajuda humanitária, no intuito deste ser um elemento facilitador da missão, mas foram advertidos pelas Nações Unidas, que possuem uma postura crítica em relação ao fornecimento de ajuda humanitária por meio dos contingentes militares, por acreditar que esta função deve ser realizada por organizações civis e não pelo aparato militar. Agências humanitárias se queixaram à MINUSTAH pelo fato de o contingente brasileiro oferecer assistência humanitária à população, alegando que esta não era uma função do componente médico da tropa. A MINUSTAH pediu então que o contingente cessasse a atividade.⁷⁵

Vale ressaltar que é perceptível a coerência entre a atuação do componente militar e o discurso da diplomacia brasileira, que defende a importância da segurança e do desenvolvimento. Sob a perspectiva do efetivo militar, o primeiro aspecto foi em relação ao combate de grupos armados da capital, no controle de áreas tomadas por violência.⁷⁶ Já o segundo aspecto, desenvolvimento, é tratado por meio da presença da Companhia contra grupos criminosos, sempre incluindo a realização de ações sociais.

Após a retomada, optou-se por se manter uma presença efetiva da tropa por meio de bases na região, a fim de preservar a sensação de segurança, consolidando uma relação de confiança e contato direto com a população local de Engenharia de Força de Paz, que realiza projetos com alta visibilidade e contribuem para uma visão favorável da população local, reconhecido pelo

71 Kai Michael Kenkel, Rodrigo Fracalossi de Moraes - **abordagens analíticas às operações de paz. O Brasil e as Operações de Paz em um Mundo Globalizado / Brasília, 2012**

72 Idem

73 Informação baseada em visita de campo conduzida pela ONG em Porto Príncipe em 2005 e encontra-se disponível em: <<http://reliefweb.int/node/167729>>.

74 Kai Michael Kenkel, Rodrigo Fracalossi de Moraes - **abordagens analíticas às operações de paz. O Brasil e as Operações de Paz em um Mundo Globalizado / Brasília, 2012**

75 Idem

76 Idem

Exército Brasileiro. As obras, benéficas para a economia local, permitem uma melhor e mais rápida circulação de produtos, já que estas promovem a melhoria no asfaltamento das ruas e das estradas, construção de pontes, obras em escolas e poços artesianos⁷⁷.

O grande teste para a MINUSTAH, sem dúvida, ocorreu com a primeira eleição presidencial pós-Aristide⁷⁸, em 2006. Protestos violentos quanto a segurança das urnas foram propulsores para várias críticas à MINUSTAH, pois milhares de cédulas foram encontradas queimadas em um depósito de lixo e estas representavam a diferença de 1% dos votos necessários para que René Préval⁷⁹ fosse declarado eleito no primeiro turno.

As poucas pesquisas sobre intenção de votos que circulavam pelo Haiti apontavam de forma unânime a vitória de René Préval, ex-presidente haitiano (1996 e 2001) e ex-primeiro-ministro do governo Aristide. O empresário têxtil Henry Charles Baker, único candidato independente e branco, e o ex-presidente Leslie Manigat estavam, respectivamente, em segundo e terceiro lugar nas pesquisas de intenção de voto, mas a uma distância considerável de Préval.⁸⁰

Ao final, sugestões internacionais foram seguidas optando-se por uma “fórmula belga”, na qual votos em branco foram distribuídos proporcionalmente à porcentagem de votos de cada um dos candidatos, levando, assim, a uma vitória de Préval.⁸¹

O governo de Préval, sem dúvidas, representou um marco em termos da atuação da missão no aspecto da segurança. Ao retomar todo o território haitiano, a MINUSTAH reconquistou bairros que eram tidos como reduto de gangues criminosas que apoiavam o ex-Presidente Aristide, além de concentrar seus esforços no combate à ilegalidade no país. Com isso, o Conselho de Segurança recomendou que a MINUSTAH passasse a maximizar as suas atividades voltadas à prevenção do crime, principalmente a violência gerada pelas gangues armadas e os casos de sequestros.⁸²

⁷⁷ Kai Michael Kenkel, *Rodrigo Fracalossi de Moraes - abordagens analíticas às operações de paz. O Brasil e as Operações de Paz em um Mundo Globalizado / Brasília, 2012*

⁷⁸ Jean-Bertrand Aristide é um político haitiano e ex-padre católico salesiano, que foi presidente do Haiti em três períodos: em 1991, de 1994 a 1996, e novamente de 2001 a 2004.

⁷⁹ René Garcia Préval é o presidente da República do Haiti desde 14 de Maio de 2006. Foi presidente também entre 7 de fevereiro de 1996 até 1 de fevereiro de 2001. Foi o único chefe de estado haitiano eleito democraticamente que termina o mandato e entrega voluntariamente o poder. É um dos líderes políticos mais destacados da história atual do Haiti.

⁸⁰ http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20060320104332.pdf?PHPSESSID=0295a6600ccdea5fa08803d1899a873e acesso dia 24/05/2015

⁸¹ Kai Michael Kenkel, *Rodrigo Fracalossi de Moraes - abordagens analíticas às operações de paz. O Brasil e as Operações de Paz em um Mundo Globalizado / Brasília, 2012*

⁸² A indicação encontra-se presente no parágrafo 10 da resolução nº 1.702 de 15 de agosto de 2006. Para a versão integral em inglês da Resolução, ver. <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N06/468/77/PDF/N0646877.pdf?OpenElement>>.

Ao final de 2007, após diversas ofensivas e realizações de operações militares, a ONU apresentou uma recomendação de que a MINUSTAH assumisse novas responsabilidades, incluindo a fiscalização das fronteiras do Haiti e o combate ao tráfico de drogas, pessoas e armas (Garcez, 2007).

O ano de 2008 foi importante para a atuação da MINUSTAH em território haitiano, pois foi o início de debates a respeito do horizonte de duração da presença da missão no país. As discussões sinalizavam a possibilidade de redução do componente militar ou de reconfiguração da missão a partir de 2011⁸³, principalmente após o estabelecimento de uma força local capaz de garantir a segurança e o funcionamento das instituições (Vieira Neto, 2009, p.32).

O documento mais importante que formalizou tal reflexão foi o relatório do Secretário Geral da ONU sobre o Haiti de 27 de agosto de 2008, no qual a ONU apresentou metas a serem estabelecidas nos setores de: diálogo político e eleições; extensão da autoridade estatal; segurança e estabilidade; direitos humanos; e desenvolvimento econômico e social. O documento destacou também progressos alcançados nos mesmos setores, como forma de justificar as possibilidades de reconfiguração a partir de 2011.⁸⁴

O cenário foi considerado otimista pela *force commander* da MINUSTAH, que definiu a situação de segurança do Haiti como estabilizada. A reconfiguração da missão só foi possível após um intenso trabalho de pacificação, principalmente em Porto Príncipe. O contingente brasileiro assumiu responsabilidades importantes, além de contar com auxílio do *Joint Mission Analysis Centre* (JMAC)⁸⁵, fundamental para o combate às gangues criminosas em Porto Príncipe.

A mudança drástica no cenário haitiano foi causada por um terremoto de magnitude 7,0 graus na escala Richter que afetou o país por inteiro, principalmente a região de Porto Príncipe. Provocando a morte de 200 a 300 mil pessoas, gerando prejuízos da ordem de 9 bilhões de dólares e deixando 1,5 milhão de haitianos desabrigados, o terremoto também afetou a ONU diretamente, ao perder funcionários civis e militares, além da autoridade máxima da MINUSTAH, Hédi Annabi, e seu vice, Luiz Carlos da Costa. A catástrofe agravou a fragilidade

83 A ocorrência do terremoto em janeiro de 2010 acabou por modificar as expectativas em relação ao horizonte de 2011.

84 Kai Michael Kenkel, Rodrigo Fracalossi de Moraes - **abordagens analíticas às operações de paz. O Brasil e as Operações de Paz em um Mundo Globalizado / Brasília, 2012**

85 O *Joint Mission Analysis Centre* (JMAC) funciona como serviço de inteligência, coletando informação por meio de destacamentos militares, policiais e civis e utilizando informantes entre a população local (Dorn, 2009, p.806)

estatal, comprometendo os esforços de estabilização alcançados desde 2004 e requerendo por parte da ONU um aumento de 3.500 tropas para a MINUSTAH.⁸⁶

O contingente brasileiro foi afetado tanto pela perda de 18 militares, quanto pelas modificações de funções frente ao problema da fuga de detentos dos presídios e delegacias de polícia, além das dificuldades logísticas relacionadas à presença de militares que não estavam sob o mandato da MINUSTAH.

A reação brasileira ao terremoto foi simbolizada pela manifestação de solidariedade ao Haiti e pelo aumento da presença militar. [...] o Congresso brasileiro aprovou um aumento de tropas na MINUSTAH, quase dobrando o contingente do país no Haiti.⁸⁷

Os impactos e os interesses relacionados ao envolvimento militar geraram destaque pelo fato de o Brasil aportar o maior contingente militar e porque o seu *force commander* é, desde 2004, um oficial brasileiro. Estes elementos dão grande visibilidade para o país e uma identificação equivocada entre a própria MINUSTAH em seu contexto mais amplo e a contribuição brasileira para a missão. Esta identificação acaba funcionando tanto para os aspectos positivos quanto negativos da missão, como exemplo, na questão das denúncias de abuso e exploração sexual que repercutiram na imprensa nacional, mesmo não envolvendo militares brasileiros.⁸⁸

Vale considerar que a participação na MINUSTAH também atende ao interesse brasileiro de influência no processo de formulação das operações de paz de maneira geral. Como afirma o comandante fuzileiro naval Carlos Chagas Vianna Braga,

A indicação de generais brasileiros ao posto de *force commanders* na MINUSTAH permite que o Brasil exerça influência sobre as esferas de tomada de decisão no componente militar, na própria natureza da missão e nas relações com o governo haitiano e com a comunidade internacional no Haiti.⁸⁹

Frente a estas afirmações e antes de assumir o cargo de Ministro da Defesa, em agosto de 2011, Celso Amorim mencionou a necessidade de se pensar uma estratégia de saída do Haiti, principalmente após a transição bem sucedida entre as presidências do país. A imprensa brasileira havia sinalizado a favor sobre o objetivo de reduzir a presença do contingente brasileiro no Haiti, como abordou a Folha de São Paulo, que considerou positivo o balanço da presença brasileira e

86 Kai Michael Kenkel, Rodrigo Fracalossi de Moraes - **abordagens analíticas às operações de paz. O Brasil e as Operações de Paz em um Mundo Globalizado / Brasília, 2012**

87 Idem

88 Idem

89 Idem

reconheceu uma modificação gradual da situação caótica do imediato pós-terremoto. Além disso, a imprensa sinalizou apoio ao afirmar que a manutenção da segurança no país deveria passar para uma força nacional.⁹⁰

De fato, mesmo reconhecendo que alguns episódios tinham afetado a imagem da missão, o então presidente do Haiti, Michel Martelly ⁹¹ destacou que seria perigosa e irresponsável uma retirada da missão na ausência de uma autoridade nacional que pudesse assumir suas funções. Em outubro de 2011, o Conselho de Segurança, por meio da resolução 2.012, renovou o mandato da MINUSTAH por mais um ano.⁹²

O Brasil afirmou concordar com a redução dos contingentes policiais e militares a níveis pré-terremoto e destacou que, frente a uma observada melhoria na segurança, era preciso avançar no aspecto do desenvolvimento, incluindo apoio internacional. O posicionamento brasileiro está relacionado a um dos principais desafios atuais das operações de paz, qual seja, determinar em que momento deve-se fazer a transição de uma ênfase nos objetivos de segurança imediatos para a ênfase em objetivos de desenvolvimento de longo prazo.⁹³

Após o terremoto, desafios antes realizados, voltam a ser o objetivo da missão da ONU no Haiti como o de concretizar um sistema democrático através da construção e consolidação das instituições-chave do Estado, ou seja, retomar as bases e legitimidade do mesmo, que se encontravam destruídas após a tragédia. Ainda, incluía a construção de um novo setor de segurança (que teria como centro a Política Nacional Haitiana), além de uma reforma do setor jurídico - para garantir a aplicação de sanções e estimular o cumprimento das leis, uma reabilitação econômica, a redemocratização do Estado e garantia de preservação dos direitos humanos.

Para agravar a situação, houve um surto de cólera em meados de outubro de 2010, forçando autoridades nacionais e parceiros internacionais a disponibilizarem todos os meios disponíveis para cuidar das vítimas e conter o espalhamento da doença. O governo haitiano, agências da ONU e a comunidade humanitária coordenaram suas respostas, provendo tratamento e colocando em prática medidas preventivas. Dezenas de parceiros na área da saúde proveram

90 O Brasil no Haiti. Folha de São Paulo, 17 jul. 2011.

91 Candidato a presidência do Haiti na eleição presidencial de seu país em 2010, foi anunciado no dia 4 de abril de 2011 como o vencedor do 2º turno das eleições, derrotando a ex-primeira dama Mirlande Manigat.

92 Kai Michael Kenkel, Rodrigo Fracalossi de Moraes - **abordagens analíticas às operações de paz. O Brasil e as Operações de Paz em um Mundo Globalizado / Brasília, 2012**

93 Idem

materiais de purificação de água, realizaram campanhas de informação pública em grande escala, e ajudaram a construir centros de tratamento para purificar e garantir uma segurança ao recurso.⁹⁴

Ban Ki-Moon, secretário-geral da ONU, falou com a Assembléia Geral da organização, em dezembro de 2010, pedindo por uma maior resposta humanitária para solucionar mais rapidamente o problema enfrentado pelo Estado haitiano. A MINUSTAH mobilizou todos seus recursos para auxiliar nesse esforço que tinha conquistado espaço nos mais diversos canais internacionais, e providenciou suporte logístico e de segurança para o transporte de suprimentos e pessoas, forneceu segurança estática nos centros de distribuição e entregou milhares de litros de água potável para centros de saúde e para comunidades afetadas diariamente, com o objetivo de prevenir o espalhamento da cólera através de água contaminada.⁹⁵

Exemplos de ações dos capacetes azuis foram sentidos em cidades como Leogane, onde o uso de estações de rádio locais e caminhões com alto falantes serviram para instruir populações locais com informações sobre como prevenir a disseminação da doença. Engenheiros brasileiros e chilenos também auxiliaram no processo, e trabalharam no nivelamento dos terrenos dos Centros de tratamento da cólera. Capacetes azuis bolivianos instalaram cerca de 20 tendas, com capacidade de acomodar 250 pessoas cada uma, assim como 48 latrinas no departamento Artibonite. Os capacetes azuis ajudaram, ainda, a transportar pessoas e suprimentos para áreas isoladas e de difícil acesso. Tais operações são realizadas com barcos, helicópteros e caminhões.

A MINUSTAH também transportou profissionais humanitários de ONG's e de organizações internacionais, e também ajudou - junto com o escritório da ONU para coordenação de assuntos humanitários - a orientar os comitês em lugares que ainda não haviam sido afetados pelo surto. Tais comitês, em lugares como Leogane e Petit Goave, poderiam ser rapidamente mobilizados caso a doença aparecesse.

Um balanço geral, passados os 5 anos desde o desastre e 11 anos de intervenção pela MINUSTAH, a situação ainda é alarmante, pois 90% dos desabrigados voltaram para suas casas, enquanto 146 mil continuam sob risco, em 271 campos de refugiados espalhados pelo país. Os problemas são muitos: Inúmeros casos de violência sexual, falta de serviços básicos, como água, luz e sistema sanitário, entre outros. Apesar de os casos de cólera terem caído 50% em quatro anos, a situação ainda é considerada grave. Com relação às perdas materiais foram calculados

⁹⁴ http://pt.wikipedia.org/wiki/Consequ%C3%AAsncias_do_Terremoto_no_Haiti acesso no dia 15/04/2015

⁹⁵ Idem

US\$ 7 bilhões. Até mesmo a capital, Porto Príncipe, ainda está devastada e os planos de reconstrução dos principais prédios ainda não saíram do papel.⁹⁶

De acordo com o primeiro-ministro, Laurent Lamothe, “a reconstrução da capital necessita da criação de uma nova área central da cidade e também de um centro administrativo”. Segundo Laurent, falta muito dinheiro para isso. Na capital, 42 prédios públicos foram destruídos com o terremoto, incluindo o Palácio Presidencial. Em meio a todos esses problemas, o povo reclama muito da lentidão do governo na hora de agir. Em Porto Príncipe, milhares protestaram, em novembro de 2013, contra problemas de moradia e altos índices de corrupção, entrando inclusive em confronto com a polícia. Muitos exigiam a renúncia do atual presidente Michel Martelly.

O que se pode observar com a experiência da MINUSTAH é que, além de se constituir como um marco importante do envolvimento brasileiro nos esforços para a manutenção da paz e da segurança internacional, conclui-se também a constituição do Brasil como parte fundamental de uma nova estratégia de inserção no sistema internacional, calcada em um maior engajamento e maiores desafios.

96 http://pt.wikipedia.org/wiki/Consequ%C3%Aancias_do_Terremoto_no_Haiti acesso no dia 15/04/2015

CAPÍTULO 3 - A RESPONSABILIDADE DE PROTEGER E O FUTURO DAS OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU.

Apesar de constituírem instrumento útil de segurança coletiva, as operações enfrentam um problema de legitimidade, uma vez que a parcialidade da atuação dos capacetes azuis⁹⁷ é questionada. A intervenção nos possíveis ou correntes conflitos decorre exclusivamente da deliberação do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), responsável pela manutenção da paz e segurança no cenário internacional, que é o único órgão da Organização capaz de produzir decisões compulsórias para todos os membros. Atualmente o CSNU é composto de 15 Estados-membros, onde 5 são membros permanentes (P5)⁹⁸ com poder de veto.

O próprio CSNU sofre críticas, pois sua constituição corresponde à distribuição de poder do cenário internacional, no imediato pós-II Guerra Mundial. O cenário internacional mudou, surgiram novos pólos de poder que deveriam fazer parte do P5 para conferir ao órgão uma maior representatividade, de forma mais “igualitária”. Assim, as operações de paz possuem um caráter essencialmente político, onde a responsabilidade de proteger (R2P) busca pois apenas incidir sob questões de interesse do P5.

O conceito “Responsabilidade de Proteger” foi acolhido em 2005 no documento final da Cúpula pela Assembléia Geral que comemorava o cinquentenário das Nações Unidas e foi aprovado por consenso. Nela havia a definição de que:

cabe primeiramente aos Estados evitar que suas populações sejam vítimas de genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade; a comunidade internacional deve assistir os Estados para que esses objetivos sejam cumpridos e, caso não o sejam, caberia às Nações Unidas, em casos específicos, usar os meios apropriados para garantir o seu cumprimento. O documento privilegia os meios pacíficos, mas não descarta a possibilidade do recurso ao capítulo VII, que permite o uso da força.”⁹⁹

Vale ressaltar que a Responsabilidade de Proteger não é uma norma jurídica e não cria para os Estados ou para a ONU uma obrigação de agir. Após a resolução da Assembléia Geral, é possível afirmar que há um padrão de comportamento da RdP que se situa no repertório dos elementos de legitimidade da ordem internacional além de ser um instrumento para auxiliar no cumprimento de normas fixadas nos tratados que definem as suas referências básicas.

⁹⁷ em inglês “*blue helmets*”, como são conhecidas as tropas armadas sob o patrocínio das Nações Unidas, empregadas com o objetivo de manter a paz

⁹⁸ Inglaterra, EUA, França, Rússia e China

⁹⁹ Segurança Internacional: perspectivas brasileiras / Nelson A. Jobim, Sergio W. Etchegoyen, João Paulo Alsina. - Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010 p.176

Como bem afirma Gelson Fonseca Jr.¹⁰⁰ :

A RdP passa a ser um dado da realidade política na medida em que se converte em “argumento” o que se pode recorrer em situações específicas que se aproximam do que descreve. Reforça a posição dos que pretendem combater a violação de direitos humanos em situações extremas, como são o genocídio, a limpeza étnica e os crimes contra a humanidade.

O padrão de comportamento é explicado como parte do mundo de valores e a questão essencial seria saber se os ganhos na definição do conceito da RdP eliminam, atenuam ou reforçam a possibilidade de que se transforme em cobertura para ações intervencionistas de objetivos não humanitários.

O objetivo de transformar problemas humanitários em preocupação internacional passou por três “encarnações”¹⁰¹: o dever de ingerência, delineado pela organizações não governamentais, a exemplo dos Médicos sem fronteiras que indicavam a necessidade de ajudar populações em emergência humanitária; segundo, a intervenção humanitária, que se articula diante da necessidade de os governos agirem, se necessário até militarmente, para proteger populações que sofressem violações maciças de direitos humanos e, por fim, surge a Responsabilidade de Proteger, que após as críticas quanto à intervenção, vem propor uma nova moldura às necessidades do século XXI.

A evolução histórica revelará os direitos humanos, principalmente no pós Guerra Fria, quando os conflitos internos, marcados por gravíssimas violações de direitos humanos, passam a frequentar a agenda do Conselho de Segurança, que passa a tratá-los como “ameaça a paz” e agir em consequência dessa nova postura. E será a soma de toda essa evolução que dará base a construção do novo argumento humanitário e da RdP.

O que acontece hoje é uma plataforma legítima para agir em casos definidos por violações maciças de direitos humanos e é onde o Haiti se encaixa, pois historicamente, o país passou por diversos conflitos e problemas sociais. Desde a época da colonização, a sociedade já era marcada por uma dicotomia radical entre aristocracia colonial de origem branca e cerca de quinhentos mil escravos que viviam em condições miseráveis¹⁰² além do governo que inflamava cada vez mais a necessidade de uma intervenção no local. Tanto o Exército Brasileiro quanto o DPKO

100 Segurança Internacional: perspectivas brasileiras / Nelson A. Jobim, Sergio W. Etchegoyen, João Paulo Alsina. - Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010 p.176

101 Idem

102 Enciclopédia Larousse Cultural. pag. 2.896

(Departamento de Operações de Paz) afirmam que as intervenções se fazem extremamente necessárias para que seja obtida e, posteriormente, mantida a ordem presente e futura.

A configuração da legitimidade e a ação é preenchida pela política, que irá obedecer a uma lógica própria. Ao interpretar o texto da Declaração torna-se claro que a responsabilidade inicial pelo combate aos crimes é dos Estados e que a primeira função da comunidade internacional é usar instrumentos de assistência e que o uso do capítulo VII só se justifica em última instância, como foi o caso do Brasil, em que só houve o uso da força por autorização da ONU.

É sintomática, aliás, a evolução do conceito, de dever de ingerência à responsabilidade de proteger, com a passagem pela intervenção humanitária. Quando o debate é lançado, a resistência à idéia de que os Estados teriam um “dever” e que o recurso à força seria natural para prevenir tragédias humanitárias sofre críticas de dois tipos. Dos países em desenvolvimento, porque temiam que a idéia levasse a ampliar o leque de justificativas para ações de intervenção, uma vez que o argumento humanitário seria simplesmente um “disfarce” para objetivos estratégicos; de alguns países desenvolvidos, que justamente não queriam assumir obrigações de difícil cumprimento. Afinal, o pano de fundo é de “intervenções” que foram aceitas, como na Somália, mais por imposição da opinião pública do que por objetivos políticos, e que estiveram longe do sucesso pretendido.¹⁰³

Neste ponto, o Brasil se encaixa como uma solução ao dilema, visto que é uma potência média, ocidental, que tem certa tradição em operações de paz e reservam à agenda humanitária parte importante de sua ação externa. Porém, diante da situação crítica em que o Haiti se encontra, como miséria, escassez de água potável, conflitos por regiões, a situação frequentemente foge ao controle das tropas. Todas as tarefas e ordens são devidamente executadas pelo exército, entretanto a reestruturação de um país que possui menos de 20% de sua população fora da linha da miséria, irá demandar muito mais serviços e tempo.

Conforme os anos passam, pode-se observar uma compreensão maior por parte do Governo Brasileiro, no que diz respeito aos investimentos militares e financeiros, de onde focar seus esforços para adquirir um retorno maior do cenário internacional. Isso significa maiores gastos e despesas com o contribuinte. O retorno desta campanha vai ser objeto de estudo futuro tanto no Brasil quanto no Haiti.

A posição brasileira sobre o RdP se aproxima de “cautelosa”, pois a idéia é aceita quando esta é interpretada não como norma, mas como “apelo político” para o respeito dos direitos humanos. A responsabilidade de proteger deve ser uma empreitada que deve unir e não dividir os

¹⁰³ Segurança Internacional: perspectivas brasileiras / Nelson A. Jobim, Sergio W. Etchegoyen, João Paulo Alsina / 9Orgs./0. - Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010 p.188

Estados membros e ser mais um elemento na luta pelos direitos humanos. Assim, a posição brasileira insiste na idéia de não indiferença e na importância das medidas preventivas, que ataquem as causas profundas da desagregação, sublinhando que o recurso à força deveria ocorrer apenas em última instância.¹⁰⁴

A posição brasileira enfatiza, portanto, o que o Secretário-Geral chama de primeiro segundo pilares da RdP: responsabilidade primária do Estado e desenvolvimento de medidas de cooperação para auxiliar na prevenção, que não devem ser diminuídas em relação a ação da comunidade internacional, até mesmo com o uso da força.¹⁰⁵

As operações de construção e manutenção de paz da ONU já não admitem mais que os governos ajam de forma excessiva com sua população, seja ela por omissão ou por violação aos direitos fundamentais, mesmo sendo com relação a assuntos considerados internos. A tendência será de maior envolvimento da comunidade internacional em situações que sejam percebidas como inaceitáveis do ponto de vista humanitário. Com isso, serão ampliadas, em número e complexidade, as operações de construção e manutenção de paz das Nações Unidas.¹⁰⁶

As operações de construção e manutenção de paz multidimensionais conduzidas pela ONU enfrentam numerosos e complexos desafios, entre os quais é possível frisar: conciliar tensões entre interesses de Estados e indivíduos; articular suas ações com as das agências da ONU estabelecidas no lugar em que desenvolvem suas atividades; harmonizar as responsabilidades de civis, policiais e militares; e formalmente respeitar a soberania dos países em que estão, o que as leva a agir como se não estivessem decisivamente envolvidas nos processos políticos locais.

Em suma, há uma elevada probabilidade de que as operações de construção e manutenção da paz se mantenham e que se intensifiquem em número, escopo e dimensão no futuro previsível. A contribuição para isso é o arcabouço institucional existente, os aspectos orçamentários e burocráticos envolvidos, os custos baixos de sua implementação e a ausência de alternativas políticas mais adequadas.¹⁰⁷ E mesmo que as operações não se ampliem, é certo que elas deverão crescer em complexidade enquanto forem implementadas.

As reflexões que dão ensejo aos que se interessam em participar de operações de construção e manutenção de paz são mais relevantes para o Brasil, por ser um país onde sua política externa se emprenha em construir uma ordem internacional mais justa e segura e cuja

104 Segurança Internacional: perspectivas brasileiras / Nelson A. Jobim, Sergio W. Etchegoyen, João Paulo Alsina - Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010 p.188

105 Idem

106 Idem

107 Idem

estratégia nacional de defesa sublinha a inequívoca relação entre segurança e desenvolvimento. Como afirma Antônio Jorge Ramalho da Rocha, “se o argumento desenvolvido sugerir aos responsáveis pelas políticas públicas brasileira atinentes ao assunto aspectos merecedores de sua atenção especial, então o esforço terá valido a pena.”¹⁰⁸

¹⁰⁸ Segurança Internacional: perspectivas brasileiras / Nelson A. Jobim, Sergio W. Etchegoyen, João Paulo Alsina / 9Orgs./0. - Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010 p.137

CONCLUSÃO

Se observado de forma objetiva, o auxílio brasileiro dado ao Haiti, uma vez que é compreendido que a situação do país é irreversível sem intervenções externas, é honesto e solidário. Os anos de serviço buscaram a redução das incertezas e desconfianças com relação a atuação do governo e mostrou a intenção de se firmar como consolidador do conceito de sociedade internacional hemisférica latinoamericana e caribenha. Diversos foram os projetos de cooperação implantados no Haiti, colocando o Brasil dentro do processo de reconstrução do país, que se encontrava em uma situação precária, ao lado de países de primeiro mundo e organismos internacionais.

Mesmo que aparente estar agindo de forma egoísta, visando apenas o próprio crescimento perante o cenário mundial, as mudanças implementadas e os investimentos do Brasil visam, prioritariamente, o desenvolvimento e a estabilidade do Haiti. O conjunto de interesses que envolve os dois países permitiu a inserção de uma série de projetos de cooperação nas mais diversas áreas e focou no objetivo de aumento do desenvolvimento social e econômico do país. Essa aliança ficou responsável por criar melhores condições e estabelecer uma relação recíproca de aprendizado. O Brasil, ao decidir fazer parte dos atores internacionais que não estão medindo esforços para auxiliar e garantir que o Haiti supere esta situação crítica, buscou primeiramente eliminar problemas locais e cobrir áreas diversas, exigindo assim um grande nível de organização por parte destes atores.

Este trabalho busca, através de uma análise política, histórica e social do Haiti, identificar e criticar os elementos presentes nas ações das tropas ao tomar decisões para ações futuras no país. Para que estas ações obtenham os resultados esperados, que seria o crescimento do desenvolvimento social e econômico do país, fortalecimento da democracia, a estabilização, revisão das decisões tomadas que envolvem o meio ambiente, se torna necessária a insistência na inserção destes projetos que foram fundados com o intuito de “capacitar para desenvolver”. Além disso, é de extrema importância a cooperação e participação da sociedade local, lado à lado com o governo. A idéia de fortalecimento e capacitação local, com incentivo à capacitação de recursos humanos, organização da esfera social através das instituições públicas e evitando limitar-se ao desenvolvimento de áreas isoladas, devem ser tomadas como metas indispensáveis.

É extremamente importante que fique claro que a contribuição da intervenção brasileira vai além do simples fato de “ajudar ao próximo”. As estratégias devem ser interpretadas como temporárias e de cunho incentivante à toda população, mostrando o caminho à ser trilhado, através de mudanças estruturais e qualitativas. O êxito da missão apenas será alcançado quando os haitianos perceberem que para conseguir se desenvolver e crescer em todos os âmbitos, reduzindo problemas específicos, devem multiplicar os ensinamentos e as qualificações que foram passadas.

Ao analisar o aspecto técnico, observa-se que a cooperação visa a transferência de experiência, tecnologia, conhecimento e capacitação que, juntamente com as qualidades técnicas locais, almeja que o crescimento do país alcance três níveis. O primeiro nível leva em consideração a capacidade de execução dos projetos por parte das instituições locais, com eficiência e eficácia, partindo do pressuposto que o quadro profissional foi aperfeiçoado, juntamente com a infra-estrutura técnica, de uma forma que seja notório o aprimoramento dos processos internos de elaboração e aplicação de planos de ação com a qualidade mais elevada. O segundo nível consiste em investir no setor público de uma forma que haja melhorias na formulação e execução dos programas. Com a contribuição do setor privado e não governamental, os programas irão refletir positivamente, causando a redução dos indicadores ambientais, econômicos e sociais na promoção da cidadania. Por fim, o terceiro nível busca impactar a população de uma forma que todos se tornem mais conscientes com relação ao papel que devem exercer na sociedade, para que as políticas de desenvolvimento sejam devidamente implementadas.

Essa reflexão busca mostrar o quão importante uma intervenção é, no intuito humanitário, ao buscar o desenvolvimento de terceiros. O caso haitiano é amplamente apoiado pela política externa brasileira, que sustenta que países em crise e abaixo da linha da miséria devem possuir um monitoramento constante por alguma instância da ONU, mesmo após a situação ter sido “controlada” e o estado de emergência não mais existir. O Haiti deverá ser, futuramente, um assunto permanente na pauta de discussões da ONU. Tudo que resta é aguardar a evolução de sua própria política interna e observar as decisões que serão tomadas por parte da ONU quando a MINUSTAH for considerada concluída.

Referências Bibliográficas

BAYLIS, John, *The globalization of world politics: an introduction to international*, Oxford University press, 2008

CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais**, Brasília: FUNAG, 2012

Enciclopédia Larousse Cultural, Nova Cultura Ltda 1998

GRIFFITHS, Martin. **50 Grandes Estrategistas das Relações Internacionais**, São Paulo: Editora Contexto, 2004

KENKEL, Kai Michael, MORAES, Rodrigo Fracalossi - **abordagens analíticas às operações de paz. O Brasil e as Operações de Paz em um Mundo Globalizado / Brasília, 2012**

MOREIRA, Adriano. **Teoria das Relações Internacionais**, Coimbra: Almedina, 2011

JOBIM, Nelson A., ETCHEGOYEN, Sergio W., **Segurança Internacional: perspectivas brasileiras** - Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010

NOGUEIRA, João Pontes, **Teoria das relações internacionais: correntes e debates**, Rio de Janeiro: Elsevier, 2005

RÉGIS, André. **Intervenções Nem Sempre Humanitárias**. João Pessoa, Editora Universitária. 2006

RODRIGUES, Simone Martins. **Segurança Internacional e direitos humanos: a prática da intervenção humanitária no pós-guerra fria**. Rio de Janeiro, Renovar, 2000.

VIEGAS, Marcelo. **A atuação recente do Conselho de Segurança e o Brasil**. In: Brasil. Ministério de Relações Exteriores. O Brasil e a ONU. Brasília. FUNAG, 2008.

Periódicos

FOLHA DE SÃO PAULO. O Brasil no Haiti, 17 jul. 2011

Páginas Web

<http://www.marxismo.org.br/content/haiti-1994-2014-10-anos-de-ditadura-militar-da-onu> acesso dia 24/05/2015

http://pt.wikipedia.org/wiki/Consequ%C3%AAscias_do_Terremoto_no_Haiti acesso no dia 15/04/2015

http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20060320104332.pdf?PHPSESSID=0295a6600ccdea5fa08803d1899a873e acesso dia 24/05/2015

Resolução nº 1.702 de 15 de agosto de 2006. Para a versão integral em inglês da Resolução, <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N06/468/77/PDF/N0646877.pdf?OpenElement>.

Informação baseada em visita de campo conduzida pela ONG em Porto Príncipe em 2005 e encontra-se disponível em: <http://reliefweb.int/node/167729>

http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1529%282004%29 acesso dia 03/12/2014

<http://www.un.org/en/peacekeeping/operations/peace.shtml> Acessado em 03.11.2014